Prefeitura de São José dos Campos - SP

Professor I - Comum a todas as especialidades

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação 1

Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações 6

Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE) 35

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos 57

Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 59

Resolução nº 024, de 14 de março de 2019 69

Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente 90

Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 158

Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena 191

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007 192

Exercícios 193

Gabarito 200

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis; planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula 1

Currículo do proposto à prática 9

Tecnologia da informação e comunicação na educação 16

Educação para diversidade, cidadania e educação para direitos humanos 24

Educação ambiental 31

Fundamentos legais da Educação especial/ inclusiva e o papel do professor 33

Educação/ sociedade e prática escolar 54

Didática e prática histórico- cultural, a didática na formação do professor 60

Processo de ensino e de aprendizagem 79

Relação professor/aluno 82

SUMÁRIO

Os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias pedagógicas e os meios 83
Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento 85
Avaliação escolar 87
Avaliação em Larga Escala e suas implicações pedagógicas 91
O papel político do ensinar e do aprender. Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadore 91
Políticas públicas para Educação Básica 113
Exercícios 124
Gabarito 127

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes de referência: SAEB Prova Brasil – 5º ano e SAEB – 2º ano), em Língua Portuguesa 1
Política Nacional de Alfabetização – MEC 3
psicogênese da linguagem escrita no processo de alfabetização 4
práticas de ensino de leitura do 1º ao 5º ano, níveis de fluência leitora 7
o ensino da Língua Portuguesa na abordagem discursiva, por meio de gêneros textuais 9
Exercícios 9
Gabarito 14

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes de referência SAEB Prova Brasil (5º ano) e SAEB (2º ano), em Matemática 1
Tendências em Educação Matemática: Resolução de problemas, Modelagem Matemática, Investigação Matemática, Etnomatemática e Matemática Crítica 7
Recursos didáticos para o ensino de Matemática - manipuláveis e digitais 16
Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática 23
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as especificações no currículo de Matemática 27
A Teoria histórico - cultural e suas implicações na Educação Matemática 60
Exercícios 64
Gabarito 69

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Fundamentos da Educação

Os regulamentos de ensino existem como ferramentas que confiabilizam o prosseguimento do processo educativo sistematizado e que, por isso, todas as suas ações têm como intento aprovar os objetivos que a escola pretendem alcançar, isto denota envergadura para ter uma inserção social analítica e modificadora. Portanto, o propósito da escola é que as crianças obtenham os conhecimentos produzidos pela humanidade, ampliem as possibilidades para operá-los, transformá-los e redirecioná-los tendo como meta alocar os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade.

Diante disso, o projeto político-pedagógico brota da construção coletiva da Educação Escolar. Ele é a tradução maior da organização pedagógica que a escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas diante dos recursos humanos e materiais. O projeto político-pedagógico ganha coerência e estabilidade à medida que apresenta a realidade na qual se insere, destacando como são organizadas as práticas para trabalhar com sujeitos que atenderão, pois seu enfoque é o eixo principal da organização das práticas pedagógicas que serão adotadas pelo educador.

No ensino da Educação Infantil, as instituições se aparelha de forma incisiva com a necessidade social que está culturalmente descrita. No âmbito do currículo, há a significação de como se dará a organização do trabalho pedagógico como explicitação do fazer da escola e do professor, mostrando que sucedem ações ordenadas e amparadas por uma filosofia educacional. E é neste sentido que o professor desempenha papel fundamental, visto que ele organizará o dia a dia das vivências que as crianças terão acesso na Educação Infantil, e bem como os procedimentos que as levarão a atingir maiores níveis de desenvolvimento.

Falar de organização remete-se a um acompanhamento e controle que objetiva detalhar as metas e prioridades dentro do trabalho docente, ou seja, a organização é uma peça chave que está intimamente ligada ao objetivo primordial da escola que é promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. É importante pontuar que a organização do trabalho pedagógico se dá em dois níveis: no da escola como um todo, com seu projeto político pedagógico e no da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica com seus alunos, através de seu planejamento e planos de aulas. Este trabalho como é mencionado por Libâneo é uma atividade global da organização que requer diligência e preparação.

“O trabalho docente é uma atividade intencional, planejada conscientemente visando a atingir objetivos de aprendizagem. Por isso precisa ser estruturado e ordenado”. LIBÂNEO, 1994, p. 96)

Neste patamar de como é descrito a organização do trabalho pedagógico, o planejamento é entendido como instrumento pelo qual se estima o modo de elaborar, executar e avaliar os planos de ensino que organizam o trabalho docente. Porquanto o planejamento norteia as possibilidades do processo de ensino aprendizagem, constituindo-se assim, em um todo ativo, visto que ao falar de planejamento deve-se inferir como sua característica principal a reflexão. São fatores do sucesso do trabalho docente a viabilidade das ações dispostas no plano de ensino durante o planejamento, que neste contexto é um documento que descreve os procedimentos fundamentais do ensino e as respectivas considerações de controle e projeções indicativas de intervenções diarias realizadas pelos educadores.

A partir da ação docente planejada pode-se problematizá-la, ampliar a compreensão teórica sobre esta, elaborando ações estratégicas compartilhadas para transformá-las. Portanto, a definição da direção política da prática educativa decorre da análise crítica da atual prática educativa, desabrochando numa perspectiva também crítica para o futuro trabalho.

A reflexão no ato do planejamento em si incube-se de fixar parâmetros e requisitos, que se destinará ao cidadão que se quer formar dentro da atual conjuntura da sociedade, prevendo quais as aprendizagens realmente significativas e contextualizadas com as quais as crianças terão acesso e evidenciando propriedades de novos conhecimentos, uma vez que, a ação de obtenção do conhecimento deriva da relação sujeito-objeto-conhecimento, neste sentido os aspectos do planejamento são articulados na totalidade das reflexões. Tal premissa do planejamento, ou seja, da organização pedagógica nem sempre é adotada por todos os educa

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é integrado por provas desenvolvidas com base nas matrizes de referência para cada área do conhecimento. Tais matrizes não abrangem o currículo escolar por completo, não estabelecendo relação com as estratégias de ensino, visto que a avaliação deve ser aplicada de modo que possa ser auferida.

– Descritores: Cada uma dessas matrizes é formada por descritores, que, por sua vez, fixam os conteúdos relacionados às competências e às habilidades de cada série e componente curricular. Nessa perspectiva, todo descritor se relaciona às habilidades mentais e aos conteúdos curriculares dos estudantes, e devem ser aplicados como fundamento para o desenvolvimento dos elementos da avaliação.

As matrizes de referência do Saeb para cada área do conhecimento:

1 – Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática;

2 – Matriz de Referência de Ciências da Natureza;

3 – Matriz de Referência de Ciências Humanas;

4 – Matriz de Referência de Língua Portuguesa e Matemática (2º ano do ensino fundamental).

QUADRO DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA - 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

EIXO DO CONHECIMENTO	HABILIDADE
Apropriação do Sistema de Escrtia Alfabética	- Relacionar elemento sonoros das palavras com sua representação escrita
Leitura	- Ler frases - Localizar informações explícitas em textos - Reconhecer a finalidade de um texto - Inferir informações em textos verbais - Inferir informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal
Produção Textual	- Escrever texto

Fonte: DAEB/Inep. MEC, 2018.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

DO SAEB: TEMAS E SEUS DESCRITORES

5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I. PROCEDIMENTOS DE LEITURA

D1 – Localizar informações explícitas em um texto.
D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.
D4 – Inferir uma informação implícita em um texto.

— Matriz de Referência de Matemática do Saeb: Temas e seus Descritores – 5º ano do Ensino Fundamental[1]

I – Espaço e Forma

– Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e em outras representações gráficas.

– Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.

– Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos.

– Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes e perpendiculares).

– Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.

II – Grandezas e Medidas

– Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.

– Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml.

– Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.

– Estabelecer relações entre o horário de início e término e/ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.

– Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.

– Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

– Resolver problema envolvendo o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

III – Números e Operações/Álgebra e Funções

– Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.

– Identificar a localização de números naturais na reta numérica.

– Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.

– Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial.

– Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.

– Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.

– Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).

1 https://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_professor/o_que_cai_nas_provas/Matriz_de_Referencia_de_Matematica.pdf